



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000380251**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2104508-89.2025.8.26.0000, da Comarca de Guarulhos, em que é agravante CAROLINE RIBEIRO NUBLING, são agravados MARISA LOJAS VAREJISTAS LTDA e CREDSYSTEM INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores LIDIA CONCEIÇÃO (Presidente) E ARANTES THEODORO.

São Paulo, 16 de abril de 2025.

**MILTON CARVALHO**  
**Relator(a)**  
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Voto nº 43960.**

**Agravo de instrumento nº 2104508-89.2025.8.26.0000.**

**Comarca: Guarulhos.**

**Agravante: Caroline Ribeiro Nubling.**

**Agravadas: Marisa Lojas Varejistas Ltda e outra.**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. Indeferimento em primeira instância. Presunção legal de veracidade da afirmação de que a agravante não possui condições de arcar com o pagamento das custas do processo sem prejuízo de seu sustento ou de sua família (CPC, art. 99, §3º). Ademais, documentos comprobatórios de que a agravante auferia rendimentos inferiores a três salários mínimos e que corroboram a declaração de hipossuficiência de recursos afirmada. Autora que possui diversos relacionamentos bancários, porém sem expressão monetária, além de perceber pensão alimentícia. Situações que não demonstram que a parte tenha condições de suportar as custas e despesas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento ou da sua família. Ausência de elementos aptos a afastar aludida presunção relativa. Decisão reformada. Recurso provido.

Trata-se de agravo de instrumento tirado da respeitável decisão de fls. 72 dos autos do processo de origem que, em ação de obrigação de fazer e não fazer, indeferiu a gratuidade da justiça requerida pela autora, ora agravante.

Sustenta a agravante, em síntese, que é auxiliar administrativa e possui renda mensal de R\$ 2.100,00, conforme registrado em sua Carteira de Trabalho; que é responsável e recebe pensão alimentícia no valor de R\$ 604,61; que os extratos de sua conta bancária e as faturas de cartão de crédito anexadas aos autos demonstram um padrão de consumo condizente com sua realidade financeira, sem qualquer

indicativo de sobra financeira que permitisse o custeio das despesas processuais sem prejuízo ao seu sustento e de sua filha; que a conta bancária da agravante no Banco C6 apresenta movimentação mínima, conforme extratos anexos, sendo utilizada apenas para algumas transações esporádicas. Assim, requer o provimento do recurso para que seja concedida a benesse pleiteada.

A liminar foi deferida (fls. 32/33).

**É o essencial a ser relatado.**

Ainda não completada a relação jurídica processual, desnecessária a intimação da parte agravada para responder ao recurso.

Considerando que o presente agravo de instrumento não comporta sustentação oral, não se vislumbrando, pois, prejuízo para as partes, e em observância aos princípios da celeridade e da efetividade da prestação jurisdicional, foi o recurso julgado virtualmente.

**O agravo é de ser provido.**

A jurisprudência dominante deste Egrégio Tribunal de Justiça entende que a declaração de pobreza é suficiente para a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça.

Acerca do tema:

*Agravo de instrumento. Ação de cobrança de indenização securitária. Decisão de primeiro grau que indeferiu o benefício da justiça gratuita pleiteado pela autora na petição inicial. Declaração de pobreza apresentada suficiente a satisfazer os requisitos legais necessários à sua concessão. Exegese do artigo 4º da Lei 1.060/50.*

***Recurso provido (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2014475-39.2014.8.26.0000, 32ª Câmara de Direito de Privado, Rel. Ruy Coppola, j. 27/02/2014).***

***Gratuidade Processual - Declaração de pobreza - Presunção de veracidade. A única exigência legal (Lei 1.060/50, art. 4º) para a concessão do benefício é a mera declaração da impossibilidade de arcar com as despesas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família - Agravo provido. (TJSP, Apelação nº 0105462-29.2012.8.26.0000, 3ª Câmara de Direito Público, Rel. Marrey Uint, j. 26/06/2012).***

O Código de Processo Civil consolidou essa presunção em seu artigo 99, §3º, que dispõe: *Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.*

Ou seja, *Para as pessoas físicas, é suficiente a afirmação nos autos, pois gozam de presunção de hipossuficiência. (In Teresa Arruda Alvim Wambier [et. al.], Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil - artigo por artigo, São Paulo, 1ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015, p. 184).*

O juízo *a quo* entendeu que a documentação apresentada pela agravante não corroborava a alegação de insuficiência de recursos por eles deduzida, todavia, a análise dos documentos juntados autoriza a concessão do benefício.

Conforme se verifica da carteira de trabalho às fls. 34/37 e dos holerites de fls. 68/71, a agravante atua como auxiliar de escritório e auferir R\$ 2.100,00 bruto mensais, ou seja, renda mensal menor que 3 salários-mínimos – e no caso dos autos, embora a autora tenha apresentado extratos que indicam diversos relacionamentos bancários, não

se verifica a ocorrência de valores monetários expressivos, o que coaduna com as alegações apresentadas, incluindo a argumentação de que a parte recebe pensão alimentícia de sua filha para complementar o sustento de sua família.

Dessa forma, respeitado o entendimento do juízo de origem, os argumentos expendidos na decisão agravada, em princípio, não se ostentam hábeis a desfigurar a situação de pobreza da agravante, na acepção jurídica do termo, inexistindo nos autos elementos de convicção que pudessem justificar seu indeferimento.

Tais informações, portanto, não são indicativas de uma vida abastada, sendo compatível com o benefício requerido conforme sustentado. Nesse contexto, é de se reconhecer que a agravante faz jus à concessão do benefício.

Nesse sentido, em casos análogos:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. Justiça gratuita. Comprovada necessidade através de extratos bancários. **Autora empresária individual que possui vários relacionamentos bancários, porém sem expressão monetária – Comprovado nos autos a presença dos requisitos legais necessários à concessão da gratuidade** – Decisão reformada – RECURSO PROVIDO. (TJSP; Agravo de Instrumento 2294804-39.2023.8.26.0000; Rel. Benedito Antonio Okuno; 8ª Câmara de Direito Privado; j. 11/03/2024) (realces não originais).*

*Agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Impossibilidade de pagar as custas do processo e honorários advocatícios. Ajuizamento da ação no foro de domicílio da Ré. Circunstância que não impede a concessão do benefício, se*

*comprovada a hipossuficiência financeira, como ocorreu neste caso. Gratuidade concedida. Recurso provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2016666-42.2023.8.26.0000; Rel. Pedro Baccarat; 36ª Câmara de Direito Privado; j. 06/03/2023).*

*GRATUIDADE JUDICIÁRIA – PRETENSÃO DE REFORMA DA DECISÃO QUE INDEFERIU O BENEFÍCIO - CABIMENTO - Os documentos que instruem o presente recurso comprovam que o agravante está empregado, mas recebe salário em valor que não lhe permite arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo de seu próprio sustento e o de sua família. Recurso provido. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - CONTRATO BANCÁRIO - RELAÇÃO DE CONSUMO - DECISÃO QUE DETERMINOU DE OFÍCIO A REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO PARA O FORO DO DOMICÍLIO DO AUTOR CONSUMIDOR – REFORMA – Os artigos 6º, VIII, e 101, I, ambos do Código de Defesa do Consumidor estabelecem que a defesa dos direitos do consumidor em juízo deve ser facilitada, e que a ação contra o fornecedor de produtos e serviços deverá ser proposta no domicílio que melhor atender a esse princípio, desde que respeitadas as regras processuais de competência, que não admite a escolha de foro aleatório. Opção do autor pelo foro da sede do banco réu, renunciando ao de seu domicílio. Possibilidade. Aplicação da Súmula nº 77 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Decisão reformada. Recurso provido.(TJSP; Agravo de Instrumento 2002977-72.2016.8.26.0000; Rel. Walter Fonseca; 11ª Câmara de Direito Privado; j. 28/01/2016) (realces não originais).*

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. Benefício deferido em fase de conhecimento que se estende à fase de cumprimento de sentença. Ademais, documentos*

**comprobatórios de que o agravante auferе rendimentos inferiores a três salários mínimos e que corroboram a declaração de hipossuficiência de recursos afirmada.** Presunção legal de veracidade da afirmação de que o agravante não possui condições de arcar com o pagamento das custas do processo sem prejuízo de seu sustento ou de sua família (CPC, art. 99, §3º). Ausência de elementos aptos a afastar aludida presunção relativa. Recurso provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2156734-42.2023.8.26.0000; Rel. Milton Carvalho; 36ª Câmara de Direito Privado; j. 31/07/2023) (realces não originais).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. Pessoa Física. Indeferimento. Insurgência. Cabimento. **Declaração de pobreza, corroborada por documentos que comprovam que a parte agravante auferе renda mensal inferior a três salários-mínimos.** Extratos bancários que revelam uma movimentação financeira módica. **Contratação de advogado particular e ajuizamento do feito em Comarca diversa do domicílio da parte autora são situações que, por si só, não afastam a possibilidade de concessão do benefício.** Decisão reformada. Gratuidade concedida. Recurso provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2242873-65.2021.8.26.0000; Rel. Walter Barone; 24ª Câmara de Direito Privado; j. 29/11/2021) (realces não originais).

AGRAVO DE INSTRUMENTO – Decisão que indeferiu a gratuidade – Inconformismo – Acolhimento - **Presunção legal de insuficiência de recursos que não foi infirmada por nenhum elemento dos autos** – **Benefício previdenciário recebido inferior a três salários mínimos** - Contratação de advogado particular que não impede a concessão do benefício – - Decisão reformada – **Gratuidade concedida** - Recurso provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2184904-92.2021.8.26.0000; Rel. Salles Rossi; 8ª Câmara de

**Direito Privado; j. 29/11/2021)** (realces não originais).

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação de indenização por danos morais. Indeferida a gratuidade da justiça à autora. Prova coligida que revela a insuficiência de recursos da agravante para o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios. Documentação que denota a compatibilidade da situação econômico-financeira da recorrente com o benefício requerido. Rendimentos mensais que revelam padrão de vida condizente com a benesse processual. Constituição de advogado particular. Irrelevância. Situação que, por si só, não demonstra que a parte tenha condições de suportar as custas e despesas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento ou da sua família. Artigo 99, § 4º, do CPC. Decisão reformada. Recurso provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2018918-81.2024.8.26.0000; Rel. Lidia Conceição; 36ª Câmara de Direito Privado; j. 20/02/2024)* (realces não originais).

Ressalta-se que, em contrapartida, inexistem elementos que levem à conclusão de que a situação econômico-financeira vivenciada pela agravante lhe permita arcar com o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios sem prejuízo da subsistência familiar, de modo que lhe deve ser concedida a gratuidade da justiça.

Por fim, não se pode olvidar que a presunção de necessidade é relativa, cabendo à parte contrária o ônus de desfazê-la, conforme preceitua o artigo 100 do Código de Processo Civil.

Por tais fundamentos, ***dá-se provimento*** ao recurso.

**MILTON PAULO DE CARVALHO FILHO**  
relator